



Extra! Psicologia brasileira é notícia em 1962: breve tempo, sentidos duradouros

Extra! Brazilian psychology in the news in 62: brief time, lasting meanings

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

Thais de Souza Sottili

Carla Estefanía Albert

Luciana Oliveira de Jesus

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

Resumo

O artigo busca compreender práticas psicológicas no ano da regulamentação da psicologia no Brasil. A pesquisa se baseia em matérias sobre as relações políticas, o comportamento cotidiano e a divulgação científica do jornal *Correio do Povo*. A coleta ocorreu no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre onde foi feita a seleção e fotografia de materiais referentes à psicologia. Posteriormente, foi criado um banco de dados para análise temática e discussão do material. Dentre os resultados sobressaíram-se algumas estratégias voltadas para a legitimação da área como a inserção na mídia impressa com a divulgação de cursos, pesquisas, debates e aconselhamentos. Foram evidentes as correspondências entre as práticas psicológicas explicitadas no Jornal e o contexto sócio político da época pautado pela ênfase no desenvolvimento econômico e tecnológico, pela evitação de conflitos e pela crença de que a ciência psicológica poderia promover a humanização das relações.

Palavras-chave: história da psicologia; construção de conhecimento; história social

Abstract

This research paper aims to understand the psychological practices in 1962, the year of formalization of Psychology in Brazil. The research is based on contents about political relations, behavior and science popularization in the newspaper "*Correio do Povo*". Data were collected at Hipólito José da Costa Museum of Communication in Porto Alegre where all material related to psychology was selected and photographed. Afterwards, a database for analysis and material discussion was created. Among the results, some strategies oriented to the field's legitimation stood out, as the insertion in the print media with the promotion of courses, researches, debates and advices. There was an evident correspondence between the psychological practices explained in the newspaper and the socio-political context guided by the economical and technological development emphasis, by the conflict avoidance and by the belief in the psychological science as a promoter of humanization in relationships.

Keywords: history of psychology; construction of knowledge; social history

Introdução

O presente artigo apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa "A construção da Psicologia no Rio Grande do Sul: das práticas sociais à produção de conhecimentos



através de múltiplas metodologias”¹. Trata-se de uma investigação de cunho histórico, do tipo descritivo-interpretativa, que explora indicadores teóricos e empíricos capazes de descrever e explicar processos de instituição e regulamentação da Psicologia no Brasil, mais especificamente, no cenário sul-rio-grandense. Neste artigo são descritos os resultados do subprojeto que examina os sentidos atribuídos à Psicologia, expressos pela mídia impressa, em 1962, no jornal *Correio do Povo* - criado no final do século XIX e que permanece em circulação até o presente.

O trabalho se insere no âmbito da História Social, pois se propõe a entender as condições para o estabelecimento da psicologia em contexto, considerando os processos sociais nos quais essa área se constituiu e tem se consolidado (Barros, 2005). Nessa perspectiva, o estudo buscou articulações entre as especificidades históricas e políticas do início da década de 1960 e as práticas relacionadas ao conhecimento psicológico naquele contexto. Desse modo, se procurou contemplar a historicidade das ideias, da linguagem utilizada e das ações políticas articuladas à inserção naquelas circunstâncias. É evidente que não pretendemos com isso tarefas impossíveis como esgotar o tema ou mesmo acessar com precisão as especificidades da época. A proposta do estudo é favorecer uma aproximação das condições da emergência, circulação e instituição da psicologia como ciência e profissão no ano de sua regulamentação legal no Brasil, evento que, no presente ano motiva comemorações da categoria profissional pela passagem do cinquentenário.

Como já mencionado, a investigação aqui descrita teve como fonte o jornal *Correio do Povo*, do ano de 1962. Trata-se de um dos Jornais mais tradicionais do Estado, que é editado desde 1895 até o presente, com expressiva penetração. No período estudado, esse periódico era leitura usual da sociedade gaúcha e suas matérias compunham as opiniões e os diálogos cotidianos da população. Nesse período, a televisão era artigo raro e a grande maioria da população recebia notícias sobre o que se passava no mundo, especialmente através das rádios e dos jornais.

Vale ressaltar que, no que se refere aos parâmetros da pesquisa histórica, um período de cinquenta anos é, obviamente, um breve espaço. Por outro lado, se observarmos as peculiaridades do contexto, a intensidade das trajetórias percorridas, assim como a diversidade das experiências e dos sentidos formulados no decorrer desse tempo, poderemos avaliar a importância de conhecer as especificidades dessa etapa de construção da Psicologia no Brasil. Tratou-se de um período cujas ações conjugaram ideais de construção de um mundo pacífico no pós-guerra e cenários políticos conturbados. Esses eram marcados pela intolerância às diferenças ideológicas e por mudanças nas relações

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq e FAPERGS pela equipe do Grupo de Pesquisa “Psicologia e Políticas Sociais – História, Memória e Produção do Presente”, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.



sociais expressas, no Brasil, em transformações na esfera do trabalho, da educação, da política e da ciência.

A Segunda Guerra Mundial pode ser considerada acontecimento impactante para a construção das ciências em geral, o que incluiu, evidentemente, a psicologia (Farr, 2000). Após esse episódio, alterações nos sentidos de ciência e tecnologia denotavam uma grande valorização das atividades ditas científicas e de seus produtos que prometiam, num futuro próximo, a conquista do espaço, avanços na medicina, facilidades da automação e maior conforto associado á vida cotidiana. Ao mesmo tempo, estabeleciam-se questionamentos quanto à responsabilidade e aos efeitos da produção de conhecimento científico. O episódio da destruição de Hiroshima e Nagasaki através da tecnologia nuclear, por exemplo, era alvo de profundas discussões e intensas preocupações com a possibilidade de mais uma guerra na qual este tipo de armamento ou outros mais potentes e destruidores fossem utilizados. Tais perspectivas transformaram o fazer científico e as práticas dele decorrentes e, ao mesmo tempo, legitimaram alguns espaços e atribuições para cada área. É o caso da avaliação psicológica no decorrer e após a Segunda Guerra Mundial (Bender, 1978; Farr, 2000).

O período de 1962, desta forma, foi um momento de muitas mudanças e de reestruturações em nível global que repercutiram no contexto político brasileiro da época e contribuíram para fortalecer os movimentos de oficialização e para consolidar a regulamentação da psicologia. Com isto, torna-se relevante uma reflexão histórica do contexto político brasileiro.

A seguir apresentaremos os resultados de nossos esforços para contribuir com esta reflexão. Primeiramente faremos algumas considerações acerca do contexto brasileiro na década de 1960. Logo após apresentaremos a descrição dos procedimentos metodológicos para a efetivação do estudo. Em seguida serão detalhados sentidos expressos no jornal sobre o contexto da época e logo em seguida trataremos das especificidades dos movimentos para legitimação da área, tendo em vista o campos da saúde mental, as especificidades da ciência psicológica e as características da profissão em tempos de regulamentação.

Algumas considerações sobre o contexto histórico-político brasileiro na década de 1960

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, tomou posse o então vice-presidente João Goulart ou “Jango”, como era conhecido popularmente. Ele assumiu o poder, em um sistema parlamentarista, após intensa negociação política pela campanha da legalidade (Fausto, 2009). Entre os fatores que levavam a esta situação foi determinante a rejeição por parte dos ministros militares da época à postura política e à liderança exercida por ele. Por exemplo, na época da renúncia de Jânio Quadros, Jango estava em viagem diplomática para a China – país de regime comunista e, portanto opositor do ideário estadunidense. Como vice-presidente na época, buscava estabelecer uma política



externa independente. Desejava o livre trânsito comercial tanto com o lado socialista quanto capitalista e tinha como proposta o desenvolvimento nacionalista com a ampliação da democracia a partir das “Reformas de Bases”, o que não agradava interesses políticos hegemônicos na época. Assim, em período conturbado politicamente, o Brasil estava fragilizado institucionalmente num contexto que acirrava, localmente, o clima global de desconfiança, característico do período pós Segunda Guerra Mundial (Fausto, 2009; Ferreira & Delgado, 2003).

Este período de transição entre o governo de Juscelino Kubitschek e a ditadura que se instauraria a partir de 1964 foi conturbado. As matérias jornalísticas pesquisadas mostram influências da Guerra Fria nas relações políticas brasileiras que se caracterizavam pelos antagonismos ideológicos, como, por exemplo, entre comunistas e não comunistas. Também foram noticiadas manifestações de contrariedade com as circunstâncias políticas - como a organizada pela União Nacional dos Estudantes em 01 de junho ou a greve geral no dia 05 de julho. Especificamente no que se refere à psicologia no Brasil dessa época, algumas peculiaridades desenhavam-se já no início da década de 1960. Por um lado, havia a perspectiva da categoria profissional que recentemente tinha conquistado sua regulamentação como profissão através da Lei 4119/1962. Era evidente entusiasmo daqueles que, de alguma forma, se mobilizaram para tal e que tinham, como projeto, dedicar-se à consolidação da área e às práticas desenvolvidas com apoio no conhecimento psicológico. Por outro, se estabeleciam no imaginário social, ideais, expectativas e atribuições para a profissão recém-oficializada (Scarpato, 2005). Emergia assim, um complexo campo no qual se entrecruzaram territórios, se inauguraram demandas e se estabeleceram fronteiras. Tais processos transformaram as paisagens profissionais compostas no Brasil em um tempo global de crise e mudanças no qual se discutia a urgência de reformas institucionais, num projeto de intensificação de um modelo econômico pautado pela necessidade de estabelecer as bases de uma economia industrial madura (Baer, 1986; Soares, 1981). Podemos afirmar, então, que a psicologia brasileira, oficializada em 1962, instituiu-se no cenário global da Guerra Fria e, localmente, na interface da urgência em implementar mudanças econômicas, políticas e sociais com a crença nas amplas possibilidades da profissão recém oficializada em contribuir com o projeto de construção de uma nação próspera e desenvolvida.

O texto que segue relata uma das compreensões possíveis desse processo quando busca coletar materiais da mídia impressa, analisar e discutir as expectativas, as demandas e os fazeres associados à psicologia presentes nessa fonte.

Procedimentos metodológicos: a escolha do jornal como fonte

Os resultados aqui apresentados se originam da coleta e análise de conteúdos sobre a Psicologia presentes no jornal “Correio do Povo” em 1962. Hoje, é um dos periódicos mais



antigos ainda ativos no Rio Grande do Sul. Em 1962 já tinha expressiva tiragem e circulação, o que nos fez optar por esse periódico como fonte para coleta dos dados empíricos. As edições consultadas pertencem ao acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, localizado em Porto Alegre.

Após selecionar e fotografar todos os materiais referentes à psicologia que se evidenciaram no jornal, no ano mencionado, foi montada uma coleção de imagens e textos. A coletânea foi disposta de acordo com a data e o tipo de material jornalístico (coluna, reportagem, anúncio ou publicidade). Foram examinados todos os exemplares referentes ao ano de 1962 e selecionados o total de 103 matérias que tinham relação com as práticas psicológicas do período.

Além da busca específica pelos conteúdos referidos, foram fotografadas também todas as capas dos jornais selecionados. Tal iniciativa auxiliou na compreensão, através do teor das manchetes de capa, dos contextos sociais e políticos que marcaram os temas de cada edição. Nesse processo de organização foi composta uma ampla coleção de imagens e textos, o que resultou num corpus que denotou a riqueza e a complexidade do objeto de análise.

Estudar os contextos de inscrição e escrita dos elementos que formam o corpus de análise auxilia o conhecimento da direção e da força das argumentações, das características do vocabulário da época e dos elementos geradores das práticas sociais formuladas. Desse modo podemos falar em dois planos para o entendimento do material: um mais evidente e, até, óbvio e outro mais interpretativo e decorrente das mobilizações aguçadas pelo material examinado.

Quando associamos o conteúdo material, o simbólico e os contextos ocorre a intensificação da expressão do potencial de análise do material, pois se vislumbram diferentes focos de percepção do objeto de estudo (Hernandez, Scarparo, 2008). Tal processo permite também reconhecer as contingências datadas das fontes e sondar sentidos de questões e argumentos que foram próprios da época. Assim, não basta, apenas, examinar as imagens e os textos coletados. Os sentidos revelados por cada material coletado são inseparáveis dos contextos nos quais se instituíram (Penn, 2010).

Para a análise do material coletado buscamos uma proposta teórico-metodológica que situasse a produção do conhecimento no interior dos processos de interação social – o Construcionismo Social (Gergen, 1985). Nessa perspectiva optamos pela proposta de análise das práticas discursivas (Spink, 2004; Spink & Gimenez, 1994), pois acreditamos existir íntima relação entre enunciados e saberes, o que constitui os discursos como práticas socialmente significativas e, ao mesmo tempo, como a materialização das ações num dado tempo-território. Assim, examinamos os materiais tendo em vista os processos de produção da psicologia, os sentidos compartilhados e os posicionamentos engendrados na construção de identidades naquele contexto histórico.



Se considerarmos o período analisado, podemos afirmar que, já naquela época, o jornal era um dos principais recursos discursivos. Trata-se de uma mídia que propõe fatos e explicita narrativas sobre as ações que os constituíram. Dessa forma, participa da construção de opiniões e, por decorrência, afeta o comportamento social. Desse modo, “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (Gregolin, 2007, p. 16).

A psicologia como prática profissional oficializada pode ser compreendida, então, através dos discursos e das circunstâncias de produção que a constituem e que, em última análise, confirmam determinados lugares para a ciência psicológica e para o profissional da área em condições temporais e territoriais específicas. Desse modo, a partir da circulação das ideias na sociedade, se elaboram e se compartilham versões acerca de determinada prática e se estabelecem processos de negociação das identidades sociais. Tais processos são pessoais e coletivos. Além disso, são marcados pelos discursos pertinentes à cultura nos quais se inserem (Spink & Gimenez, 1994). Essa perspectiva de análise incorporada ao corpus acima descrito resultou nos temas que passamos a descrever a seguir.

Textos e imagens como narrativa de um contexto

O ano da oficialização da Psicologia como profissão no Brasil se desenrolou no contexto da Guerra Fria, período pós Segunda Guerra Mundial no qual era improvável que se tivesse uma guerra e impossível conquistar a paz (Aron, 1979). A Guerra Fria teve início com o término da Segunda Guerra Mundial e encerrou-se com a desestruturação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com a queda do Muro de Berlim, em 1989. Nos anos sessenta, a lógica da Guerra Fria tinha vigor no Brasil, apesar de já abalada por acontecimentos que questionavam tanto as experiências capitalistas quanto as comunistas.

No decorrer da Guerra Fria os Estados Unidos da América (EUA), norteados pela ideologia capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) inspiradas num sistema socialista, disputavam a hegemonia política, militar e econômica o que resultava numa série de artimanhas e embates de cunho ideológico, sem confronto militar declarado entre as duas nações. Eram evidentes áreas de influência político-econômicas distintas. No início o conflito situava-se na divisão da Europa em Ocidente e Oriente, sob a influência dos EUA e da URSS, respectivamente. Desse modo, as relações internacionais se traduziam na bipolaridade de poderes e na continuidade dos conflitos entre os capitalistas e os comunistas.

O Brasil, como de resto toda a América Latina, era sede do expansionismo dos EUA. A literatura consultada (Hobsbawm, 1997; Fausto, 2009) anuncia marcantes influências econômicas, culturais e científicas nos países latino-americanos e os dados coletados para o



presente estudo confirmam tais interferências com conteúdos que indicam valores, estilos de vida e, conseqüentemente, comportamentos inspirados em modelos estadunidenses.

Nesse processo de consolidação do antagonismo entre as duas ideologias citadas, a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, relativizou a suposta configuração de divisão em dois blocos. Isso porque Cuba instituiu uma revolução social, apoiada em um regime comunista, localizado no cerne da “zona de influência” estadunidense. Como decorrência, o opositor, que estava isolado e afastado na URSS até então, passa a se impor dentro da América Latina, constituindo-se num “inimigo interno”. Tal situação era considerada ameaçadora na medida em que poderia ter como decorrência a ampliação do comunismo nas Américas (Fernandez, 2009).

No jornal examinado, a análise das capas de cada periódico denota essas circunstâncias. No ano de 1962, as primeiras páginas do *Correio do Povo*, são centradas exclusivamente na política externa. É curioso observar que as notícias sobre o Brasil emergem apenas quando descrevem atividades voltadas para o âmbito internacional como, por exemplo, viagens de políticos brasileiros ao exterior. É o caso da visita do então Presidente, João Goulart aos EUA em abril de 1962.

Ao mesmo tempo, as alusões ao comunismo eram pauta diária do periódico. Frequentemente os textos traziam alusões depreciativas ou, pelo menos preocupantes, em relação à ideologia comunista. Podemos citar como exemplo, a manchete “Homens demasiadamente idosos e doentes estão governando a Rússia”, que traz na matéria a sugestão de que se estudasse “os efeitos que dirigentes enfermos têm exercido na história do mundo” (*Correio do Povo*, 1962, 9 de janeiro, p. 1).

Comunistas eram, então, inimigos, depois da revolução cubana, muito mais próximos, que precisavam ser enfrentados e combatidos “com armas espirituais e éticas” (*Correio do Povo*, 1962, 9 de janeiro, p. 1). Eram vistos como ameaças e descritos como produtores de mazelas sociais numa diversidade de modos de expressão. No plano religioso tal característica pode ser ilustrada pela excomunhão de Fidel Castro pela Igreja Católica, por ele ter “confessado ser comunista” (*Correio do Povo*, 1962, 9 de janeiro, p. 1). Na esfera da política internacional, uma reportagem do de 12 de janeiro desse ano, traz fragmentos de um discurso do então presidente dos EUA, John Kennedy que afirma: “Não são os países livres que tem discórdia dentro de si, com inevitáveis sinais de desunião” (*Correio do Povo*, 1962, 9 de janeiro, p. 1). Na mesma edição e página, aparece a notícia de que o Vietnã do Sul está recebendo ajuda estadunidense para o enfrentamento das “constantes agressões dos rebeldes comunistas”. Como se pode perceber, havia argumentos fundamentados em valores religiosos, liberais e nacionalistas (Fausto, 2009). Todos esses indicavam padrões de comportamentos a serem seguidos e categorizados como “bons ou maus”, “certos ou errados”, “doentes ou saudáveis”, “aptos ou inaptos” de acordo com a ideologia proposta pelo bloco capitalista e tendo em vista as ameaças de reedição de mais um conflito de



proporções mundiais. Destacamos uma declaração de Kennedy feita no pátio da Casa Branca, ao receber um grupo de estudantes brasileiros em visita aos EUA, divulgada pelo jornal, na edição de primeiro de agosto: “Só um doente mental pode querer uma guerra nos dias atuais” (Correio do Povo, 1962, 1º de agosto, p. 1).

Também foi marca desse período a corrida espacial, tema que usualmente ocupava os espaços do jornal examinado falando de avanços tecnológicos, heróis espaciais e prospecções para o modo de vida humana no futuro. Numa das matérias a acirrada competição entre os blocos capitalista e comunista foi alvo de uma comparação numérica entre os feitos de um e outro. Ao falar da “conquista do espaço, da lua e de outros planetas que parecem mais próximos e não mais tão inatingíveis” o jornal apontou que enquanto os EUA computam setenta lançamentos espaciais, a URSS tem apenas 13 satélites de observação, lançados no espaço. O interesse pela tecnologia e suas possibilidades de mudança dos modos de vivera evidente, o que aparecia também em relação à Psicologia, com suas teorias e instrumentos, como veremos adiante.

Saúde Mental e loucura: demarcando territórios

O clima de desconfiança imperante no contexto da Guerra Fria foi marcado pela valorização e expansão do conhecimento científico e tecnológico (Martins, 2004). Se associarmos a essas circunstâncias ao material coletado no jornal teremos alguns exemplos de formulação de práticas de prevenção no campo da saúde mental. Nesse sentido, dentre o material coletado encontra-se matérias sobre as novas técnicas de terapia ocupacional no Hospital Psiquiátrico São Pedro (Correio do Povo, 1962, 9 de outubro, p. 11); a apresentação de teste para avaliar a saúde mental de mulheres (Correio do Povo, 1962, 8 de abril, p. 25) sobre o metabolismo humano como regulador da química das emoções (Correio do Povo, 1962, 9 de outubro, p. 11) e previsões quanto à epidemiologia da saúde mental no Brasil (Correio do Povo, 1962, 11 de janeiro, p. 11).

As iniciativas para prevenir ou amenizar as consequências do adoecimento psíquico também foram enfocadas no Jornal. É o caso da fundação da “Associação de Saúde mental”, motivo de reportagens nos exemplares dos dias 23 de junho e 5 de julho. A matéria relatou a iniciativa de uma equipe do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, através da qual se pretendia socializar informações acerca dos fatores desencadeantes da loucura e do manejo adequado do paciente portador de doença mental. Entre os integrantes da equipe figuravam psiquiatras, educadores, párocos, assistentes sociais e psicólogos. Dentre esses últimos foram nomeados na matéria Artur de Matos Saldanha, José Carlos Fenianos, Jurema Alcides da Cunha e Graciema Pacheco conhecidos profissionais dedicados à psicologia em Porto Alegre (Correio do Povo, 1962, 23 de junho, p. 9; 1962, 5 de julho, p. 13).



Nesse período, a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul estava instituída e promovia diferentes atividades relacionadas à profissão em processo de oficialização, dentre essas à saúde mental. Além disso, muitas pessoas se dedicavam à formação disponibilizada na PUCRS e ao exercício de práticas psicológicas (Scarparo & Osório, 2009, 2011). Contudo, a elucidação de aspectos referentes aos fenômenos do campo da doença mental, no conteúdo examinado, era associada aos conhecimentos advindos da medicina, da psiquiatria e da psicologia. As matérias atribuíam a esses conhecimentos as tarefas de pesquisar o tema, descobrir precocemente e subsidiar o enfrentamento das ameaças à sociedade que representava a loucura. Neste sentido, havia forte influência do conhecimento produzido nos EUA e o jornal examinado frequentemente trazia notícias de pesquisas realizadas e resenhas de obras publicadas cujos conteúdos corroboravam uma lógica de categorização dicotômica dos sujeitos: ou são normais ou patológicos.

Entretanto, o reconhecimento nosográfico da manifestação psicopatológica é atribuído aos profissionais da área médica nos conteúdos examinados. Da mesma forma, os cursos anunciados referentes à psicanálise, na maioria das vezes, são protagonizados por profissionais dessa área. É o caso da palestra promovida pela Faculdade de Filosofia da UFRGS, que abordaria a definição de Psicanálise, psicoterapia de grupo e tratamentos a partir dessa abordagem (Correio do Povo, 1962, 11 de maio, p. 9; 1962, 15 de maio, p. 16), assim como do “Seminário Estudantil Latino-americano de Psicologia Médica”, realizado em Ribeirão Preto de 22 a 30 de julho daquele ano (Correio do Povo, 1962, 8 de março, p. 12).

O conceito de saúde mental se traduz no jornal em comportamentos esperados para uma pessoa normal, ou seja, adaptada às expectativas sociais para homens e mulheres da época, pautadas pela habilidade no desempenho dos papéis na área familiar e do trabalho. Os materiais relativos às práticas psicológicas no campo da saúde mental expressam modos de detectar e prevenir desvios dos padrões de comportamento aceitáveis, indicações de ordem educativa quanto ao manejo de situações desviantes, espaços de aperfeiçoamento profissional com recursos da psicologia (por exemplo, “Psicologia das Vendas”) ou oportunidades de qualificação profissional como palestras, congressos e cursos (especialmente de testes para medir habilidades ou detectar características de personalidade).

A dissociação presente nas relações internacionais, no período da Guerra Fria, parece reproduzir-se nas dicotomias saúde mental-doença mental, o que corresponde ao comportamento normal e comportamento desviante nos conteúdos veiculados nos materiais examinados. Desse modo, as expectativas sociais na perspectiva do capitalismo correspondem aos sentidos de saúde e normalidade enquanto o rechaço a essa ideologia poderia associar-se aos modos de viver anticapitalistas.

Desse modo, o conhecimento e as práticas psicológicas, por sua vez, poderiam ser instrumentos eficientes de prevenção com detecção dos desviantes e acomodação ao



paradigma proposto para a normalidade. Em função disso, muitos dos cursos e pesquisas anunciados na fonte investigada buscavam dar uma conotação de neutralidade e cientificidade à atividade proposta.

Era evidente a necessidade de pautar pelos critérios de normalidade vigentes no comportamento desejável. Nesse sentido, destaca-se uma matéria veiculada em um dos jornais investigados tendo como chamada a questão: “Como está sua saúde mental?” (Correio do Povo, 1962, 8 de abril, p. 25). Tratava-se de um questionário apresentado no Congresso Internacional de Medicina e Higiene Escolares, realizado em Paris, em 1959. Esse questionário pontuava, a partir das expectativas sociais da época para o comportamento feminino, se a leitora gozava de “boa saúde mental” ou se estava doente e, por isso, precisava suprimir as causas de seu adoecimento ou buscar ajuda de um especialista para conseguir adotar “comportamentos normais”. Entre as questões figuram: “As crianças a deixam constantemente nervosa?” “Tem medos sem razão?” “Você pensa que tem sempre razão e que as pessoas que discordam de você estão sempre erradas?” “Queixa-se de numerosas dores vagas para as quais os médicos não encontram causas físicas?”. É interessante destacar as noções de saúde mental que se pode extrair do texto. Ele está associado à felicidade e essa é significada como atributo de uma pessoa “sem problemas”, com atitude calma, cordata, invariavelmente tranquila e amigável.

Nesse exemplo é evidente a associação da noção de saúde mental utilizada à prática de relações harmônicas e consensuais. Ao mesmo tempo, se desenvolve um conceito generalizante, através do qual só podem ser caracterizados como saudáveis comportamentos que não denotem angústias, discordâncias, ansiedade ou imprevisibilidades. Todas essas possibilidades seriam desviantes do comportamento atinente à normalidade, justificando o acompanhamento profissional.

Psicologia no jornal: ciência-profissão

Os espaços destinados à psicologia ou aos temas a ela relacionados são frequentes e diversificados no jornal examinado. As matérias são ilustrativas quanto aos lugares a serem ocupados e às atribuições para a área no ano correspondente à oficialização da profissão. Um fato não poderia ser negado: se intensificavam no imaginário social os matizes e contornos de uma profissão apoiada em conhecimentos voltados para as peculiaridades dos seres humanos num contexto de ampla valorização do conhecimento científico e dos avanços tecnológicos. Acrescente-se a essas circunstâncias o controle ideológico que propiciava práticas adaptativas, voltadas para os processos de fortalecimento da lógica de gestão de negócios e oferecimento ao mercado de bens e serviços.

Uma notícia veiculada em 2 de dezembro de 1962 ilustra bem o vigor desse processo no Rio Grande do Sul. A manchete “Porto Alegre é sede de um verdadeiro laboratório



psicológico de cores” (Correio do Povo, 1962, 2 de dezembro, p. 18) referia-se a uma matéria que relatava uma pesquisa desenvolvida na capital através de uma amostra de 3600 pessoas. Tinha como mote o conhecimento mais amplo da psicodinâmica das cores. De acordo com essa notícia em “exaustivo e profundo trabalho”, 85 alunos matriculados num curso sobre o tema, aplicaram o instrumento e coletaram os dados para a investigação coordenada pelo arquiteto “Dr. Simão Goldman com auxílio da psicóloga Leila Ramos”. Ao falar da relevância do estudo, a matéria informou que os resultados poderiam “fornecer respostas para muitos casos de aplicação de cores e desenhos na indústria, além de permitir “a observância de reações psico-sociais”. A matéria acrescentava que os resultados seriam organizados de acordo com o poder aquisitivo dos propósitos para que se compreendesse, nos diferentes extratos sociais, as preferências e comportamentos vinculados às cores.

Além dessa atividade vinculada a um curso sobre psicodinâmica das cores, outros cursos voltados para a psicologia também foram alvo de matérias ou, simplesmente, motivos de anúncio para divulgação no jornal. É o caso do curso de “Psicologia para vendedores”, promovido pelo “Centro de Psicologia da Venda” que era dirigido pelo “psicopedagogogo Kurt Richter”. Esse programa de estudos tinha como objetivos a “preparação adequada do elemento que milita em vendas”. Dentre os conteúdos programáticos figuravam “biotipologia humana e sua aplicação na prática dos negócios”, “dinâmica cerebral da conduta humana”, “psicologia dos grupos humanos”, “relações entre servidor e público”, “relações públicas e liderança em reuniões” e “técnicas de vendas” (Correio do Povo, 1962, 8 de fevereiro, p. 16).

Como se pode observar pelas breves descrições acima, havia clara alusão à utilidade dos conhecimentos da psicologia, tendo em vista a o mercado de trabalho e a atuação no comércio, podendo exemplificar a ênfase desenvolvimentista presente no Brasil desse período (Fausto, 2006). Além disso, tratava-se de um saber que não era restrito à atividade precípua de profissionais da psicologia. Nesses casos, por exemplo, os trabalhos eram coordenados por um arquiteto auxiliado por uma psicóloga e por um psicopedagogo, respectivamente. Desse modo, a conquista de um território profissional, através das especificidades do conhecimento psicológico produzido, parecia uma tarefa árdua e prolongada.

As fronteiras de atuação da psicologia também foram pauta da visita ao Brasil do presidente da “Associação Psicanalítica Internacional”, o médico estadunidense Maxwell Gitelson. Através da reportagem “Psicanálise e Psiquiatria tem que caminhar juntas”, veiculada no dia 14 de agosto de 1962, fica clara a disputa por domínios profissionais e disciplinares. No texto jornalístico, o referido médico afirmou que os conhecimentos da psiquiatria, da bioquímica e da fisiologia eram de suma importância para a psicanálise no que tocava à atividade de psicodiagnóstico. Por outro lado, declarou o entrevistado, a “ciência de Freud” só pode fazer parte do aprendizado da psicologia “de forma intelectual”



(Correio do Povo, 1962, 14 de agosto, p. 13). A notícia, veiculada duas semanas antes da oficialização da profissão de psicólogo, trouxe indícios dos tensionamentos acerca dos territórios de atuação que a profissão teria que enfrentar. Alguns anos depois, tal discussão se desdobraria no Projeto - Lei nº2726/80 do Deputado Salvador Julianelli, nos anos 1980 (Scarparo, 2009) e, mais recentemente, no Projeto de Lei do Ato Médico, motivos de controvérsias, disputas e mobilizações por parte das categorias profissionais envolvidas.

Além dos processos de inserção e dos embates pela conquista de espaços profissionais, podemos afirmar que, em geral, as temáticas voltadas para a psicologia no jornal se dirigiram tanto à produção do conhecimento científico quanto à sua aplicabilidade na prática dos profissionais da área. Nesse sentido, a atribuição de avaliar comportamentos adequados/normais ou não, era usual e esperada nas alusões às práticas psicológicas.

Nesse sentido, foi frequente a socialização de saberes já produzidos, especialmente em sessões dedicadas à educação de filhos e filhas e à responsabilidade dos pais e mães no sentido de construir espaços sociais considerados apropriados à ideologia vigente. Nessa ótica, havia uma coluna denominada “Nós e as crianças”, assinada pela psicóloga Yeda Roesch da Silva, através da qual eram veiculadas informações acerca do desenvolvimento infantil e do manejo adequado das relações familiares em diferentes situações. Podemos citar como exemplo, o cuidado com crianças deficientes, o efeito nefasto das exigências perfeccionistas dos pais e das mães em relação às crianças e a questão da desobediência infantil. Em outra matéria sobre a psicologia infantil, assinada por uma assistente social (Correio do Povo, 1962, 21 de janeiro, p. 19), são mencionados os prejuízos ao desenvolvimento saudável de uma criança, causados pela necessidade de sua mãe trabalhar fora. Além do permanente conflito para a mulher, o texto ressalta as condições adversas decorrentes da falta de serviços que possam substituir a mãe e o clima de um lar na sua ausência.

Tais materiais revelam os paradigmas de família e comportamento presentes no período como, por exemplo, a preponderância de homens nas atividades remuneradas, no espaço público. Como decorrência fica clara a indicação do espaço doméstico como locus preferencial para as atividades das mulheres. Tais atribuições também são frequentes na publicidade veiculada no jornal.

As expectativas para a psicologia como ciência aparecem, também, atreladas às discussões globais da época, mais especificamente ao contexto da Guerra Fria e ao receio de eclosão de outra Guerra de proporções mundiais, acima mencionados. Chama atenção a reportagem originada da vinda a Porto Alegre do psicólogo norte americano Henry Clay Lindgren. O referido cientista exercia suas atividades na Califórnia, na *San Francisco State College* e dedicava-se especialmente à saúde mental e psicologia educacional. Veio ao Brasil patrocinado pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e, em sua



estadia no País proferiu cursos e palestras em São Paulo e em Porto Alegre. No Rio Grande do Sul a atividade foi planejada e organizada pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais da, então, Universidade do Rio Grande do Sul. Dentre as atividades do palestrante uma delas chama atenção pela franca vinculação da produção da ciência psicológica aos temores e expectativas globais característicos da época. Em uma das mais extensas matérias sobre psicologia expostas no jornal foi divulgado que Lindgren tratou da “contribuição potencial da psicologia para a paz mundial” (*Correio do Povo*, 1962, 25 de agosto, p. 11). Segundo ele, os conhecimentos produzidos na área oferecem elementos fundamentais para a compreensão das relações internacionais, uma vez que “as relações entre nações apresentam grande similitude com as relações entre as pessoas, principalmente no que se refere à hostilidade”. Informou que existem muitos “dados objetivos” acumulados sobre o tema e que podem ser usados para evitar as guerras e prevenir tensões. Revela sua esperança de que tal aplicabilidade do conhecimento psicológico fosse reconhecida e que as ações nesse sentido se realizem “antes que seja tarde”.

Essa expressão denota ênfase na prevenção. No tocante à psicologia ela se dirigiu, na fonte estudada, frequentemente, à delinquência juvenil. A Matéria “Como descobrir precocemente a tendência para o crime” - veiculada em 11 de novembro daquele ano, descreve estudos realizados na esfera da psicologia na Universidade de Bristol. Ao descrever as características do provável delinquente juvenil, o autor da matéria refere resultados atinentes a fatores de ordem social, congênita, familiar e psicológica, entre outras. A detecção precoce é fortemente indicada e a causa da delinquência é atribuída a uma “desintegração da motivação normal e racional” que faz com que a pessoa repudie tudo o que se constitui “aspiração máxima para a pessoa normal”. Tal aspiração é traduzida por “perspectivas econômicas, estima da família, amigos e oportunidades matrimoniais” (*Correio do Povo*, 1962, 11 de novembro, p. 15). Trata-se de apenas mais uma das matérias que confere ao conhecimento psicológico o lugar de legitimar a condição de normalidade ou saúde mental traduzida na capacidade de cumprir os requisitos de inserir-se no mercado de trabalho, constituir família e produzir relações sociais pautadas pela harmonia e pela adaptação à ordem social vigente.

Nessa perspectiva, são reiterados os anúncios e matérias do jornal atinentes à avaliação psicológica e às descrições das maneiras consideradas adequadas de ser e de viver na sociedade, naquele contexto. Encontramos também materiais coletados acerca da aprendizagem e aplicação de instrumentos que pudessem favorecer as práticas de diagnósticos e a classificação ou categorização do comportamento dos indivíduos. Assim, o uso de instrumentos de avaliação da personalidade e de habilidades para as tarefas do âmbito educacional ou do trabalho denotava a premência de predição de comportamentos. Tal predição abria espaços para a inserção de psicólogos nas tarefas de orientação, recrutamento e seleção profissional. É o caso da matéria acerca de Orientação Vocacional que



menciona o uso de recursos psicotécnicos para subsidiar o acompanhamento de jovens no momento de sua escolha profissional (Correio do Povo, 1962, 27 de maio, p. 15).

Em notícia veiculada no dia 10 de março, é relatada a iniciativa da Universidade de Brasília “a mais nova e (dita “revolucionária”) universidade brasileira”, no sentido de promover entrevistas e exames psicotécnicos para os candidatos inscritos nos diferentes cursos oferecidos. A proposta foi justificada e elogiada pelo jornal pela “salutar finalidade de ordem vocacional” e “pelo afastamento da universidade de gente psiquicamente incapaz de a frequentar, embora passando nos exames ordinários” (Correio do Povo, 1962, 10 de março, p. 4).

As circunstâncias construídas até então expressas no jornal examinado favoreceram o processo de legitimação da psicologia como prática profissional o que aconteceu no dia 27 de agosto de 1962, com a Lei n. 4.119. Houve grande euforia por esse reconhecimento e iniciaram-se movimentos pela ocupação de espaços de atuação, pela delimitação e defesa do território profissional. Para Chaves (1992), tal defesa referia-se principalmente à classe médica, a qual não reconhecia plenamente a psicologia. No jornal examinado, na edição do dia 27 de agosto, uma pequena nota divulga uma reunião da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul na qual seu presidente, José Carlos Fenianos expressa sua satisfação pela recente sanção presidencial do Projeto que regulamenta o curso de Psicologia e a atividade profissional. Tal notícia é acrescida da informação de que, a partir de então, muitos novos candidatos se inscreviam para associar-se àquela entidade, o que denota a emoção e esperança de construir um espaço profissional profícuo.

Considerações finais

O estudo aqui descrito fez uma tentativa de explicitar sentidos formulados pelo jornal, acerca das circunstâncias e dos processos para oficialização da Psicologia como profissão legalmente instituída no Brasil em 1962.

Se pensarmos na perspectiva do historiador, trata-se de um breve tempo. Cinquenta anos é uma curta distância entre o presente e os tempos vividos no início dos anos 60. Em função dessa aproximação temporal, é na imprensa diária que encontramos subsídios (Hobsbawm, 1995) para conhecer, de modo mais preciso, as especificidades e circunstâncias dos processos de instituição da psicologia no Brasil.

Ao folhear os jornais de 1962 nos deparamos com manchetes, notícias e imagens que atravessavam o cotidiano dos psicólogos e das psicólogas que, em 27 de agosto, comemoraram a oficialização da profissão. Desse modo, foi possível compreender aspectos da articulação dos contextos narrados pelo conteúdo jornalístico com demandas, projetos e práticas profissionais possíveis naquele momento. Podemos dizer que ao pesquisar criamos uma articulação entre os materiais midiáticos e o olhar do leitor ou leitora preso a um espaço



futuro. Nele se instituem as experiências e expectativas para a profissão posteriores ao contexto desenhado pelo jornal.

Os achados reforçaram a impossibilidade de estabelecer divórcios entre as ideias e os contextos. Tal constatação nos levou a optar por uma investigação fundada nas diferenças dos tempos e compreender sentidos produzidos numa história singular. Ou seja, reconhecendo a natureza eminentemente datada da fonte consultada, buscamos compreender desenhos possíveis da Psicologia no Brasil, através do olhar para o texto e para contexto: a escrita, suas linguagens, as circunstâncias e as considerações sobreefeitos sociais e políticos possíveis de se vislumbrar.

Na sociedade contemporânea, informações sobre os acontecimentos se dão através dos meios midiáticos (Braudel, 1992). Com a elaboração deste estudo, testemunhamos a complexidade de um tempo de incertezas, no qual a psicologia era considerada novidade e, ao mesmo tempo, instrumento de inovação para intervir nas relações sociais. Por outro lado, no presente, as distâncias dos sistemas de crenças e dos vocabulários normativos daquela época, nos fazem pensar nas singularidades que se estabelecem no fazer da psicologia no presente. Hoje somos muitos e diversos. Exercemos muitas psicologias e nos relacionamos com diferentes territórios. Em todos eles encontramos demandas, incertezas e esperanças. As demandas, ecos de outras vozes ou chances de criação, sugerem a amplitude e diversidade do trabalho possível; as incertezas, frutos de conceitos esvaziados pelo tempo e do envelhecimento de valores nos impõem pensar nas éticas que justificam práticas tão distintas. E as esperanças? Só em escrever a palavra brotam várias, o que denota a impossibilidade de restringi-las a um texto. De qualquer forma, a autoria nos possibilita ressaltar uma que gostaríamos de compartilhar aqui: a de participar da construção da história da psicologia no sentido de favorecer a consolidação de práticas solidárias, capazes de reconhecer a riqueza da vida todos os dias. Tal esperança não admite comportamentos ou caminhos marcados de forma rígida por métricas descontextualizadas ou pela renovação de dogmas; ela sugere o exercício político de fazer psicologia e de desejar que os meios midiáticos do século XXI narrem a história de uma profissão que participou da construção do mundo da dignidade humana.

Referências

- Aron, R. (1979). *Paz e guerra entre as nações* (S. Bath, Trad.). Brasília: UnB. (Original publicado em 1962).
- Baer, M. (1986). *A internacionalização financeira do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Barros, J. (2005). *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes.



- Bender, P. M. (1978). *Psicologia da comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Braudel, F. (1992). *Reflexões sobre a história* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Publicação póstuma dos originais inéditos em francês).
- Conselho Federal de Psicologia (1987). Os 25 anos e a imagem da profissão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 7(2), 4-9.
- Chaves A. M. (1992). Trinta anos de regulamentação: depoimento de Antônio Marcos Chaves. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 12(2), 4-9.
- Ferreira, J. & Delgado, L. (2003). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Farr, R. M. (2000). *Raízes da psicologia social moderna* (P. A. Guareschi & P. V. Maya, Trans.). Rio de Janeiro: Vozes. (Original publicado em 1996).
- Fausto, B. (2009). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Fernandez, A. (2009). *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Gergen, K. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychology*, 40(3), 266-275.
- Gregolin, M. R. (2007). Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, 4(11), 11-25.
- Hernandez, A. & Scarparo, H. (2008). Silêncios e saberes guardados nas imagens do pré-golpe de 1964. *Psicologia Política*, 1(1), 57-78.
- Hobsbawn, E. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991* (M. Santarrita, Trad.). São Paulo: Schwarcz. (Original publicado em 1994).
- Martins, E. (2004). O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. *Ciência da Informação*, 33(1), 91-100.
- Penn, G. (2010). Análise semiótica de imagens paradas. Em M. W. Bauer & G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 319-342). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 2000).
- Soares, P. (1981). *Crise dos anos 60: um estudo dos diagnósticos de Rangel, Simonsen, Singer e Tavares*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.



Spink, M. J. (Org.). (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. & Gimenez, M. G. G. (1994). Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e Sociedade*, 3(2), 149-169.

Scarparo, H. B. K. (2005). *Psicologia comunitária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Scarparo, H. B. K. (2011). Faculdade De Psicologia Da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul. Em A. M. Jacó-Vilela (Org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil* (Vol. 1, pp. 209-211). Rio de Janeiro: Imago.

Scarparo, H. B. K & Osório, J. C. (2009). Registros históricos do Conselho de Psicologia da Sétima Região (CRP-07) no período da Ditadura no Brasil. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 17(1), 93-104.

Referências *Correio do Povo*

Brasil, Argentina e México não apóiam ação contra Cuba (1962, 9 de janeiro). *Correio do Povo*, 82, 1.

Número de neuróticos tende a aumentar no Rio (1962, 11 de janeiro). *Correio do Povo*, 84, 11.

Negociaremos quando oportuno e lutaremos se for necessário (1962, 12 de janeiro). *Correio do Povo*, 85, 1.

Os semi-fortes (1962, 21 de janeiro). *Correio do Povo*, 93, 19.

Seminário estudantil latino-americano de psicologia médica (1962, 8 de março). *Correio do Povo*, 12.

Exame psicotécnico (1962, 10 de março). *Correio do Povo*, 132, 4.

Como está sua saúde mental? (1962, 8 de abril). *Correio do Povo*, 157, 25.

Palestra sobre psicanálise (1962, 11 de maio). *Correio do Povo*, 183, 9.

Palestras sobre psicanálise (1962, 15 de maio). *Correio do Povo*, 186, 16.

Orientando na escolha da profissão (1962, 27 de maio). *Correio do povo*, 197, 15.

Funda-se hoje o 1º “Clube da Saúde Mental” (1962, 23 de junho). *Correio do Povo*, 219, 9.

Primeira diretoria da Assoc. de Saúde Mental (1962, 5 de julho). *Correio do Povo*, 229, 13.



Só um doente mental pode querer uma guerra nos dias atuais afirma Kennedy a estudantes brasileiros (1962, 1º de agosto). *Correio do Povo*, 252, 1.

Psicanálise e psiquiatria tem que caminhar juntas (1962, 14 de agosto). *Correio do Povo*, 263, 13.

Psicologia acumula dados que podem ser usados para prevenir as guerras (1962, 25 de agosto). *Correio do Povo*, 273, 11.

O hospital São Pedro e a terapêutica ocupacional (1962, 9 de outubro). *Correio do Povo*, 7, 11.

Como descobrir precocemente a tendência ao crime (1962, 11 de novembro). *Correio do Povo*, 35, 15.

Porto Alegre é sede de um verdadeiro laboratório psicológico de cores (1962, 2 de dezembro). *Correio do Povo*, 52, 18.

Nota sobre autores

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo. Doutora em Psicologia Social pela PUCRS. Professora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUCRS. E-mail: scarparo@pucrs.br

Thais de Souza Sottili. Graduanda da Faculdade de Psicologia da PUCRS. Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUCRS. E-mail: thasottili@hotmail.com

Carla Estefanía Albert. Doutoranda em Psicologia Social do Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUCRS. E-mail: carlaalbert@hotmail.com

Luciana Oliveira de Jesus. Mestranda em Psicologia Social do Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUCRS. E-mail: lojesus_se@yahoo.com.br

Data de recebimento: 03/08/2012

Data de aceite: 24/04/2013